



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 5 · No. 19 - 6 de dezembro de 2010

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Questionamentos sobre Quioto ameaçam progresso nas negociações	1
Comissão Europeia divulga proposta de reforma na política agrícola.....	3

BREVE REGIONAL

Congresso aprova Fundo Social e novo regime de partilha do pré-sal	5
--	---

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais	7
Fóruns Regionais	7
Informações Úteis	8

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD).

Equipe editorial:

Adriana Verdier
Michelle Rattón Sanchez
Manuela Trindade Viana
Daniela Helena Oliveira Godoy

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Questionamentos sobre Quioto ameaçam progresso nas negociações

A crescente oposição ao Protocolo de Quioto, manifestada por alguns países desenvolvidos (PDs) nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), realizadas em Cancun (México), testa convicções de que um regime climático global é alcançável. No entanto, ao final de uma semana de conversações, é possível identificar um sutil otimismo nos corredores das salas de negociação.

Em uma das sessões dedicadas a um balanço das negociações climáticas, as Partes apontaram avanços em diversas áreas-chave. Até o final da conferência, em 13 de dezembro, espera-se que os ministros e presidentes presentes à reunião enfrentem os temas mais contenciosos e definam se um acordo no México é possível.

Os diálogos em Cancun estão ocorrendo com base em quatro eixos. Os dois órgãos subsidiários, que tratam de aspectos científicos e técnicos e da implementação da Convenção, concluíram uma série de temas, mas deixaram trechos marcados em colchetes para a consideração futura dos delegados. As outras duas reuniões mais importantes – sobre ação cooperativa de longo prazo e o Protocolo de Quioto – não produziram resultados precisos na primeira semana de negociações.

Até o presente momento, a diversidade de posições representadas nas tratativas é particularmente interessante. Com efeito, enquanto o diálogo acerca de alguns tópicos parece mais próximo de um consenso, em outros casos é necessário muito mais trabalho – o que torna pouco provável sua conclusão até o fim das negociações.

Novo esboço sobre ação de longo prazo

Ao final da primeira semana, Margaret Mukahanana-Sangarwe, presidente do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Medidas de Cooperação de Longo Prazo (AWG-LCA, sigla em inglês), divulgou uma nova versão do texto de negociação para a consideração dos ministros e delegados.

Após tornar público o novo esboço, Mukahanana-Sangarwe destacou progressos em matéria de adaptação, particularmente no que toca a arranjos e funções institucionais. A respeito de mitigação, a presidente assinalou a existência de processos em consulta, observando que será preciso esforço adicional. Mukahanana-Sangarwe também notou que o acordo sobre finanças – particularmente no que toca ao financiamento de longo prazo e ao estabelecimento do fundo proposto – estava concluído. Quanto à transferência de tecnologia, ela afirmou que as negociações estão próximas de um consenso. Em matéria de capacitação e visão compartilhada, por sua vez, Mukahanana-Sangarwe alertou que mais trabalho e maior comprometimento serão necessários para que os diálogos sejam bem-sucedidos.

O esboço de 33 páginas trata de financiamento climático e compromete os PDs a destinarem US\$ 100 bilhões ao ano, até 2020, a políticas e programas de adaptação. O texto também reitera a necessidade de cortes profundos nas emissões industriais, considerados cruciais para os esforços com vistas a conter o aquecimento global em 2°C acima do período pré-industrial. O esboço pede, ainda, que as Partes avaliem se o limite de 2°C não deveria ser reduzido a 1,5°C, tendo em vista a nova evidência apontada por cientistas de que os desastres naturais têm aumentado.

Embora diversos desses temas estejam prontos para um acordo em Cancun, podem não constar da decisão final caso os países signatários da UNFCCC não logrem remover barreiras em alguns dos pontos mais contenciosos, tais como a continuação do Protocolo de Quioto, o aumento em ambição nas metas para os PDs e o mecanismo relacionado a mensurar, reportar e verificar os compromissos dos países em desenvolvimento (PEDs).

Grupos ambientalistas, que têm manifestado inúmeras críticas à posição dos PDs nas negociações climáticas, expressaram satisfação com o esboço divulgado por Mukahanana-Sangarwe. Gordon Shepherd, diretor da Iniciativa Global do Clima, elogiou o fato de o texto enfatizar compromissos e se referiu ao documento como uma “boa base para a negociação”. Ainda, Shepherd alertou que o texto deve abordar a distância entre compromissos de financiamento definidos pelo Acordo de Copenhague e a concretização destes. “Nós gostaríamos de ver o início imediato de um processo que identifica a lacuna e como preenchê-la”, afirmou o representante da WWF.

Apesar do otimismo observado nas negociações do AWG-LCA, as Partes estão longe de um acordo. Ainda persistem opiniões amplamente divergentes em diversos temas, por exemplo, a discussão em torno do formato legal que o produto do encontro de Cancun deverá assumir. A abordagem desse assunto tem se mostrado difícil diante da variedade de posições. Estas compreendem desde o apoio a uma decisão como resultado da 16ª Conferência das Partes (COP 16, sigla em inglês) até a utilização do texto como subsídio às negociações entre as sessões. De todo modo, o esboço divulgado pela presidente do AWG-LCA trata de diversos temas e, em alguns pontos, apresenta opções de medidas às Partes.

México pressiona por medidas sobre REDD+

Na primeira semana de negociações, o país-sede da COP 16, México, mostrou-se pró-ativo na apresentação de propostas sobre a iniciativa aprimorada de cooperação das Nações Unidas em matéria de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+). O México parece ter colocado este tema no centro de suas atenções, envolvendo inclusive o presidente do país, Felipe Calderón. Nos encontros preparativos para a COP de Cancun, surgiram grandes expectativas de que esse tema avançaria em Cancun, mesmo na ausência de um acordo climático completo.

No entanto, o bloqueio colocado ao REDD+ por Bolívia e Arábia Saudita ameaçam desestabilizar as negociações. A delegação boliviana condena a proposta atual, por acreditar que carece de

garantias às comunidades indígenas de que não perderão controle sobre suas terras. De outro lado, alguns participantes da reunião em Cancun afirmam que as ressalvas da delegação saudita ao tema de REDD+ configuram uma estratégia do país para ganhar margem de manobra em outros tópicos. Em discurso proferido em evento paralelo às negociações da COP 16, o presidente do México suplicou para que os negociadores avancem com urgência em REDD+.

Protocolo de Quioto: um obstáculo às negociações?

A pressão exercida pelos PDs para que o Protocolo de Quioto seja extinto ao final de sua vigência tem ocupado o centro das tratativas em Cancun. O Japão – país que colocou o tema das mudanças climáticas na agenda global ao sediar as negociações de Quioto, em 1997 – surpreendeu grande parte da plateia ao manifestar, na sessão de abertura da COP 16, posição claramente desfavorável à extensão da vigência do referido Protocolo. “Mesmo que a extensão do Protocolo de Quioto se torne um tema relevante na agenda de Cancun e o Japão fique isolado por conta disso, o país não concordará com isso”, declarou Hideki Minamikawa, vice-ministro para temas ambientais globais do Ministério do Meio Ambiente.

O momento em que a declaração foi proferida foi interpretado por muitos como um sinal de que os protagonistas das principais divergências não serão capazes de reduzir lacunas substanciais em Cancun. Enquanto o posicionamento do Japão acerca de Quioto foi tornado público, assim como dos países que o acompanharam – Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Rússia –, algumas Partes permanecem silenciosas quanto ao tema.

Ao longo de 2009, os PEDs pediram insistentemente que o mundo não “matasse” Quioto. Muitos dos países dessa categoria observaram que não concordariam com decisões em matéria de mitigação no longo prazo a menos que houvesse reduções mais significativas nas emissões dos PDs sob Quioto. Paralelamente, os PDs insistem que não haverá qualquer acordo em Cancun – até mesmo nos pontos em que o consenso já foi obtido – caso não se avance na questão de mitigação para os PEDs.

Na próxima semana, os ministros estarão totalmente voltados a uma série de temas relacionados ao Protocolo de Quioto e às ações de cooperação de longo prazo. As tratativas tiveram início no sábado, em um jantar informal oferecido pelo governo mexicano, e deverão continuar em grupos pequenos nos próximos dias. Os ministros deliberarão acerca de questões isoladas, em cada um dos eixos em que se desenvolvem as negociações. Muitos PEDs e organizações com *status* de observadoras consideram que a divergência estrutural no que toca aos tópicos mencionados acima resultará na extinção do Protocolo e colocará os PEDs em uma posição delicada frente aos PDs.

Conforme a COP 16 se aproxima do fim, a pressão exercida pela passagem do tempo evidenciará os temas sobre os quais o consenso em Cancun é mais provável, bem como aqueles em torno dos quais há maiores chances de acordo na COP 17, a ser realizada em Durban (África do Sul). Como enfatizado pela ministra das Relações Exteriores do México, Patricia Espinosa, “é hora de fazermos um esforço coordenado, antes que seja tarde demais. Nós só podemos atingir resultados se nos comprometermos a progredir”.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em Bridges Cancun Update N. 2 – 29 dez. 2010.

Comissão Europeia divulga proposta de reforma na política agrícola

A Comissão Europeia (CE) divulgou recentemente uma proposta para os subsídios agrícolas no próximo ciclo orçamentário da União Europeia (UE), que terá início em 2013. O documento busca direcionar o foco dos gastos a políticas com objetivos mais bem definidos, por exemplo, na esfera ambiental. A divulgação da proposta visa a iniciar um processo de diálogos entre as instituições da UE sobre o futuro da política agrícola do bloco nos próximos anos.

Em declaração à imprensa em 18 de novembro, o comissário da UE para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș,

argumentou que a Política Agrícola Comum (PAC) da UE precisa se tornar “mais verde, mais justa, mais eficiente e mais efetiva”. Ao sugerir que a PAC se destina a “todos os cidadãos da UE – tais como consumidores e contribuintes” –, Ciolos alertou sobre a necessidade de “delinear nossa política de forma que esta possa ser compreendida pelo público em geral e que se esclareça sobre os benefícios públicos fornecidos pelos agricultores”.

A divulgação não-oficial de um esboço da referida proposta da CE, há um mês, foi criticada por grupos ligados ao meio ambiente e ao tema do desenvolvimento, bem como por agricultores, que manifestaram oposição à ambiciosa reforma (ver *Pontes Quinzenal*, vol. 5, no. 16, <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/90219/>>).

A versão final do comunicado reproduz, em grande medida, o conteúdo do esboço anteriormente divulgado, embora apresente algumas alterações potenciais. De forma similar ao esboço, a proposta divulgada recentemente recomenda que a futura PAC enfoque três objetivos: produção viável de alimentos; manejo sustentável de recursos naturais e ação climática; e desenvolvimento territorial balanceado.

Contudo, a versão revisada sustenta de forma mais explícita que, “dado que a demanda mundial continuará a crescer”, é essencial que a agricultura da UE “mantenha sua capacidade de produção”. Paralelamente, o documento observa que o bloco precisará garantir que respeita “os compromissos assumidos pela UE em matéria de comércio internacional e das políticas da UE de cooperação para o desenvolvimento”.

A proposta revisada também alerta que a agricultura da UE atualmente enfrenta um ambiente mais competitivo atualmente – tendência que deverá persistir, “tendo em vista a possível conclusão da rodada Doha de negociações e dos acordos bilaterais e regionais em negociação”. Se, por um lado, isso representa um desafio aos agricultores, por outro, também oferece uma oportunidade para os exportadores de alimentos da UE”, sugeriu a CE.

Instrumentos políticos: mudanças pequenas, porém importantes

A proposta de reforma faz referência explícita à rede de proteção da natureza “Natura 2000”, estabelecida pela Diretiva Habitats da UE, de 1992, bem como às áreas de “alto valor natural” (HNV, sigla em inglês) – aspectos que podem ser bem recebidos por ambientalistas. A CE propõe que as medidas de ordem ambiental apresentem relação mais estreita com as necessidades específicas desses dois tipos de áreas. De acordo com a proposta, os formuladores de políticas devem analisar a possibilidade de inclusão das atuais exigências da rede Natura 2000 como parte do “esverdeamento” obrigatório dos pagamentos diretos por todo o território da UE.

A CE propõe, ainda, uma abordagem levemente distinta do subsídio agrícola em áreas “com constrangimentos naturais específicos”, onde a agricultura pode não se mostrar uma atividade economicamente viável. Atualmente, a UE alcança essa meta por meio do apoio a “áreas menos favorecidas”. Enquanto o esboço anterior propunha substituir esses pagamentos por apoio adicional à renda de agricultores, a versão atual da proposta sugere que os pagamentos baseados na renda complementem o apoio atualmente existente no caso das áreas menos favorecidas, atualmente concedido por meio dos gastos com desenvolvimento rural da UE.

Ao invés de propor um nível mínimo de pagamentos diretos de auxílio aos pequenos agricultores, a versão reformulada da proposta sugere o estabelecimento de “um esquema simples e específico de apoio” a esses procedimentos e propõe que este seja voltado ao fortalecimento da competitividade e à redução da burocracia associada à administração de pagamentos.

Três opções de política

O esboço divulgado antecipadamente sugeria três opções às lideranças políticas da UE: um “*status quo* enriquecido”; uma “reforma radical” com foco integral nas metas relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas; e um meio-termo entre as duas opções anteriores. No entanto, a CE marginalizou a opção mais radical ao alertar que

esta poderia “conduzir a uma redução significativa dos níveis de produção, da renda agrícola e do número de agricultores nos setores e nas áreas mais vulneráveis, bem como causar abandono de terras em algumas regiões e a intensificação da produção em outras, com potenciais consequências graves ao meio ambiente e à esfera social”.

As três opções propostas são apresentadas de forma mais homogênea na versão final do documento. Neste, a CE observa que “um foco claramente financeiro” sobre os temas relacionados ao meio ambiente e às mudanças climáticas, na opção por uma reforma mais abrangente, poderia estimular a criação de estratégias regionais que auxiliariam a UE a atingir seus objetivos.

Reações

O grupo agrícola europeu COPA-COGECA recebeu com satisfação o objetivo da Comissão de fortalecer a PAC, mas advertiu que os planos propostos “falham em responder aos desafios enfrentados pelos agricultores e pelas cooperativas da UE”. O presidente do grupo, Pdraig Walsh, argumentou que “a única proposta concreta no Comunicado da Comissão é acrescentar mais custos aos agricultores da UE (...) Não é à toa que o número de agricultores da UE tenha sofrido redução de 25% na última década e que sua renda seja tão dependente do apoio da PAC”.

Em contraste, alguns grupos ambientais receberam positivamente o documento divulgado pela CE, mas apresentaram ressalvas. “As propostas da Comissão constituem um sinal encorajador de que a UE está levando a sério o compromisso assumido recentemente, na cúpula sobre biodiversidade realizada em Nagoia, de chegar a uma agricultura sustentável em 2020”, afirmou à imprensa Ariel Brunner, diretor para políticas da UE da BirdLife Europa. “Agora é o momento de nossos tomadores de decisão mostrarem real liderança e transformarem uma política que historicamente tem sido objeto de constrangimento à UE no que diz respeito a políticas verdes”, Brunner acrescentou.

Por sua vez, a organização não-governamental Oxfam alertou sobre o risco de que a reforma

proposta apenas remodele as estruturas de financiamento distorcivas ao comércio, enquadrando-as como subsídio “caixa verde” da OMC. As políticas enquadradas sob esta categoria são isentas de cortes ou tetos tarifários com base no argumento de que causam distorção mínima ao comércio. “A partir de agora, é muito mais importante monitorar o ‘conceito’ de pagamento verde do que simplesmente se concentrar no montante deste”, declarou a consultora sênior de políticas públicas da Oxfam, Izabel Mazzei.

Ela acrescentou estar “desapontada” pela ausência de menção “à eliminação, até 2013, dos subsídios à exportação”, referindo-se ao compromisso assumido pelos ministros de comércio da UE na conferência ministerial de Hong Kong da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em 2005.

Próximas etapas

O comunicado deverá ser discutido por várias instituições da UE, incluindo o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu. A Comissão também deu início a um processo de consulta com vistas à avaliação dos impactos econômicos, ambientais e sociais envolvidos em cada uma das opções de reforma. As partes interessadas são convidadas a submeter suas contribuições até o final de janeiro de 2011. A CE pretende enviar propostas legislativas em meados de 2011, com base nas respostas oferecidas no processo de consultas e na avaliação dos impactos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 14, No. 41 - 24 nov. 2010.

BREVE REGIONAL

Congresso aprova Fundo Social e novo regime de partilha do pré-sal

Após 15 meses de debates, a Câmara dos Deputados aprovou, em 1º de dezembro, o projeto de lei que altera o marco regulatório para exploração de petróleo no pré-sal. O texto básico da proposta estabelece um novo modelo de

partilha da produção e cria o Fundo Social, destinado a projetos nas áreas de educação, esportes, cultura, ciência e tecnologia, combate à pobreza e sustentabilidade ambiental. O projeto será encaminhado à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No desempenho de suas funções como ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff coordenou a inserção do Fundo Social no projeto originalmente encaminhado ao Congresso, em 2009. O Fundo tem como principal objetivo garantir que parte dos recursos do pré-sal resultem em benefícios sociais também para as gerações futuras. Os recursos terão origem na partilha de produção, bônus de assinatura e *royalties*.

Dos recursos destinados às cinco áreas mencionadas, metade deverá se concentrar na educação. Em meio às discussões, surgiram propostas para incluir outras áreas dentre as beneficiárias, como saúde e Previdência Social. Contudo, analistas criticaram a tentativa de expansão, sob o argumento de que a cobertura de mais setores aumentaria a pressão sobre os recursos e comprometeria a manutenção do Fundo a longo prazo.

Diante disso, a inclusão das novas áreas foi derrubada pelo Executivo. O financiamento da saúde deverá ser reforçado pela instituição de uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), medida já anunciada pelo governo. A exclusão da Previdência Social foi justificada por Antônio Palocci, deputado relator da proposta na Câmara: segundo ele, o financiamento do setor previdenciário requer receitas permanentes, o que não ocorre na exploração de um recurso natural não-renovável. Especialistas ressaltam ainda que o financiamento da Previdência com recursos do pré-sal poderia adiar alterações necessárias nas regras previdenciárias, decorrentes do rápido envelhecimento da população brasileira.

A instituição do Fundo também atende à necessidade de separar as receitas provenientes da exploração do petróleo das demais receitas orçamentárias. Os países que possuem parte grande de seu orçamento vinculado ao petróleo tornam-se muito vulneráveis a choques no preço

internacional da *commodity*. Segundo Alexandre Padilha, Ministro das Relações Institucionais, a questão parece não estar completamente solucionada no texto atual. Este é um dos motivos pelos quais o presidente Lula foi aconselhado a vetar o projeto.

Outra fonte de pressão para o veto presidencial relaciona-se à nova forma de divisão dos *royalties* devidos pela exploração do pré-sal entre as unidades da Federação. Atualmente, os Estados produtores – principalmente Rio de Janeiro e Espírito Santo – detêm a maior participação nas verbas. Com o novo regime, estes Estados perderiam boa parte de sua receita, que seria redistribuída com base em critérios como número da população e índice de desenvolvimento humano (IDH).

Caso o presidente Lula vete o projeto, confirmando as expectativas divulgadas, a decisão da questão será postergada para a administração da presidente eleita, Dilma Rouseff.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Senado. *Congresso finalizará votações do pré-sal ainda este ano, acredita Serys*. (12/11/2010). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=105318&codAplicativo=2>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

Estado de São Paulo. *Câmara aprova modelo de partilha do pré-sal*. (01/12/2010). Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/naconal,camara-aprova-projeto-do-pre-sal-que-cra-o-fundo-social,648185,0.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

Globo News. *Pré-sal: Lula será aconselhado a vetar proposta aprovada na Câmara*. (02/12/2010). Disponível em: <<http://globoNews.globo.com/videos/v/pre-sal-lula-sera-aconselhado-a-vetar-proposta-aprovada-na-camara/1386048/>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

Reuters. *Congresso conclui e aprova novo marco do petróleo*. (02/12/2010). Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSP E6B100A20101202>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

Valor Econômico. *Fundo Social do pré-sal deve ser mudado*. (04/12/2010). Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impreso/brasil/97/331971/fundo-social-do-pre-sal-deve-ser-mudado>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

7 de dezembro

Reunião do Comitê sobre Compras Governamentais

9 de dezembro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – balanço dos desenvolvimentos no ambiente do comércio internacional

Reunião do Comitê sobre Compras Governamentais

10 de dezembro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

13 de dezembro

Reunião do Grupo de Negociação sobre Regras – Tratados Regionais de Comércio
Workshop *Aid for Trade*

14 e 15 de dezembro

Reunião do Conselho Geral da OMC

16 e 17 de dezembro

Reunião do Grupo de Aconselhamento Conjunto UNCTAD/OMC

17 de dezembro

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.aspx?intItemID=2068>>

8 a 10 de dezembro

Reunião de especialistas sobre transporte e facilitação do comércio

Local: Genebra, Suíça

13 a 16 de dezembro

Sessão da UNCTAD no ICTD “Informação e Tecnologia da Comunicação, empresas e redução da pobreza”

Local: Londres, Inglaterra

Fóruns Regionais

Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?7,1,699,O,S,0,,&seccion=3>>

7 e 8 de dezembro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Eliminação da Dupla Cobrança e Validação da Informação Aduaneira

Local: Montevideu, Uruguai

14 de dezembro

IX Reunião Extraordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)

Local: Foz do Iguaçu, Brasil

I Reunião do Conselho de Administração do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM)

Local: Foz do Iguaçu, Brasil

16 de dezembro

Reunião do Conselho do Mercado Comum Ampliado - Chanceleres da América do Sul e Chanceleres e Ministros de Estado convidados
Local: Foz do Iguaçu, Brasil

16 e 17 de dezembro
Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho N. 9 - Energia
Local: Brasília, Brasil

17 de dezembro
XL Cúpula de Presidentes do Mercosul e Estados Associados
Local: Foz do Iguaçu, Brasil

CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

8 de dezembro
Seminário “Ferramentas para adaptação inteligente: experiência bem-sucedidas na América Latina”
Local: Cancun, México

Seminário “Impactos sócio-econômicos das mudanças climáticas na América Latina”
Local: Cancun, México

13 de dezembro
Seminário regional para intercâmbio de experiências em matéria de classificação e nomenclaturas
Local: Santiago, Chile

15 de dezembro
Reunião de especialistas dos governos da América Latina e Caribe sobre o contexto de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20): “Economia verde e marco institucional para o desenvolvimento sustentável”
Local: Santiago, Chile

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

8 de dezembro
Seminário “Crescimento verde: uma oportunidade para o desenvolvimento e emprego locais”
Local: Paris, França

Seminário “Abordagens inovadoras para transformar estatísticas em conhecimento”
Local: Cidade do Cabo, África do Sul

16 e 17 de dezembro
Conferência “Inclusão econômica, políticas públicas e desenvolvimento local”
Local: Quito, Ecuador.

Informações Úteis

Fundação Ford abre posto para assessor de direitos humanos no Rio de Janeiro

A Fundação Ford abriu processo de seleção para contratação de assessor de direitos humanos, democracia, direitos e justiça para trabalhar no Rio de Janeiro. Caberá ao profissional desenvolver, gerenciar e avaliar uma carteira de doações para atividades relacionadas a direitos humanos e discriminação racial e étnica. Exige-se que os candidatos apresentem experiência profissional na área de direitos humanos no Brasil; pós-graduação em Direito; e/ou formação em políticas públicas ou áreas relacionadas; fluência em português e inglês; entre outras qualificações. O prazo de envio de candidaturas é 7 de janeiro de 2011. Para mais informações, ver: <www.fordfoundation.org/employment>.